



ATA DE REUNIÃO (nº 180)

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, em cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de videoconferência, composto pelos Membros: Adriano Antônio Pazianoto, Daniel Henrique Martins Biot, Hélio Antunes Rodrigues, Mário José Piccarelli de Castro e Patrícia Nato Toninato Bartolomei. A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata de Reunião Anterior; III - Atendimento dos profissionais da Consultoria de Investimentos; IV - Atendimento de profissionais de instituições financeiras (Caixa Econômica Federal, Banestes e outros se houver); V - Avaliação de novos produtos (se houver); VI - Deliberação sobre credenciamentos solicitados (Fundos Caixa Brasil IMA-B TP RF LP, Caixa Brasil IMA-B5+ TP RF LP, FIC FI Caixa Brasil Disponibilidades RF Simples, distribuidor Banco Safra SA, administrador Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda, gestor Banco J. Safra SA e outros se houver); VII - Ciência e manifestação sobre contrato de custódia de títulos; VIII - Ciência sobre Comunicado do FIP Kinea IV referente amortização.** A coordenadora do Comitê de Investimentos, Sra. Patrícia Nato Toninato Bartolomei, dá abertura aos trabalhos e, na sequência, informa que não foi possível disponibilizar atas para votação na presente reunião. Os membros tomaram ciência de solicitação feita pelo Conselheiro suplente Carlos Henrique de Oliveira solicitando explicações sobre o posicionamento do Comitê de Investimentos frente a apresentação do estudo de *Asset Liability Management (ALM) 2023*, onde o colegiado manteve as atuais alocações sem fazer adequação imediata da carteira e sem consulta ao Conselho Municipal de Previdência. Os membros se manifestaram sobre a conduta, pois foi de um posicionamento eivado de preconceitos e grosserias em relação ao funcionamento da área de gestão dos investimentos da entidade e, mesmo não havendo obrigatoriedade de consulta ao Conselho Municipal de Previdência para o caso mencionado, de acordo com a política de investimentos aprovada pelo próprio Conselho Municipal de Previdência, e já tendo discutido os detalhes de manter as alocações na própria reunião de apresentação do estudo, irão cumprir a solicitação feita, pois o colegiado preza pela transparência e melhoria na gestão dos recursos. Frisaram ainda que é necessário observar o cenário presente e as projeções de futuro antes da tomada de qualquer decisão. Discutiram e fizeram os principais apontamentos a serem esclarecidos ao colegiado e **deliberaram pela aprovação do texto elaborado em resposta ao CMP, referente ao questionamento sobre adequação da carteira ao estudo de ALM.** Na sequência, os membros receberam o Sr. Marcos Almeida, em cumprimento ao item III da pauta. Iniciou-se falando sobre a abertura do mercado onde se mostrava grande agitação pelo fato da aprovação do texto da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, em primeiro e segundo turno. Após, o Sr. Marcos Almeida elogiou o desempenho da carteira do instituto no mês de junho, falou sobre a continuidade da volatilidade no mercado, tanto interno quanto externo, sobre manter a cautela, mas, também, aproveitar as oportunidades que surgem no mercado, principalmente com relação a renda fixa, tanto para longo quanto para curto prazo, sendo que o curto prazo tende a perder a atratividade se a Selic iniciar processo de queda conforme esperado,



44 mas que foi muito positivo no cenário de estresse pelo qual passamos. Mostrou uma prévia
45 da carteira de junho, ainda que sem as movimentações, identificando que a renda variável
46 trouxe um certo alívio nos investimentos no mês, em comparação com maio, e que a
47 carteira tem atendido a todas as obrigações de enquadramento tanto quanto da Política de
48 Investimentos quanto aos limites de Pró-Gestão Nível III, e na entrega da meta atuarial do
49 ano. Da mesma forma, a liquidez da carteira apresenta percentual de mais de 50% dos
50 recursos disponíveis para movimentação imediata, o que nos traz uma tranquilidade muito
51 grande, e com relação ao risco de mercado (Var), a carteira está bem abaixo da metade do
52 limite permitido pela Política de Investimentos. O Sr. Mário José Piccarelli de Castro disse
53 ao Sr. Marcos Almeida que uma instituição mencionou, durante apresentação, que o RPPS,
54 por não pagar imposto de renda, poderia solicitar resgate de cotas de acordo com a data
55 que fizesse sentido, sem necessidade de seguir a regra do primeiro que entra primeiro que
56 sai, *peps*, e o questionou se tinha conhecimento sobre isso. O Sr. Marcos Almeida
57 mencionou que desconhecia essa informação, que o fluxo de caixa sempre seguiu esse
58 conceito de primeiro que entra primeiro que sai e que, de acordo com o que vai sendo
59 resgatado, vai consumindo as cotas na ordem cronológica em que os recursos foram
60 aportados. Sanadas as dúvidas, foram feitos os agradecimentos e a participação encerrada.
61 Antecipando a pauta, os membros verificaram os processos de credenciamentos
62 disponíveis para análise, iniciando pelos fundos deliberados na reunião anterior. Fazendo
63 então a análise dos documentos de credenciamentos do fundo de IMA-B da Caixa
64 Econômica Federal, destacaram: o último regulamento do fundo é de 13 de março de 2023,
65 está enquadrado no artigo 7º, I, “b” da Res. CMN nº 4.963/2021, com limites estabelecidos
66 na Política de Investimentos do instituto, e tem como objetivo “proporcionar ao Cotista a
67 valorização de suas cotas por meio da aplicação em carteira composta por títulos públicos
68 federais, buscando acompanhar o subíndice Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B,
69 não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da
70 ADMINISTRADORA”. Destina-se a acolher investimentos de Regimes Próprios de
71 Previdência Social - RPPS instituídos pelos Estados, Municípios e Distrito Federal do
72 Brasil, das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas,
73 Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Fundos de Investimento e Fundos de
74 Investimento em Cotas de Fundos de Investimento administrados pela
75 ADMINISTRADORA, Entidades Abertas de Previdência Complementar, Companhias
76 Seguradoras e Sociedades de Capitalização, previamente cadastrados perante
77 ADMINISTRADORA, doravante designados, Cotista.. O fundo é administrado pela
78 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04,
79 que consta da lista da SPREV que atende ao previsto Resolução CMN nº 4.963/2021
80 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021) e gerido pela
81 CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, CNPJ
82 sob nº 42.040.639/0001-40, ambas já credenciadas pela RIOPRETOPREV em obediência
83 aos requisitos da Portaria MTP nº 1.467/2022, artigo 103, e considerados aptos pelo órgão
84 colegiado competente do RPPS. Teve início em 08/03/2010 e em 21/06/2023 contava
85 com patrimônio de R\$ 4.033.740.179,11 e 717 cotistas. A custódia é do CAIXA
86 ECONÔMICA FEDERAL. A taxa de administração é de 0,2%, compatível com os
87 demais fundos do mercado no segmento. O FUNDO não possui taxa de performance. O



fundo não cobra taxa de ingresso e de saída. Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo o valor da cota em vigor no dia útil da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR (D+0) e no resgate a conversão das cotas se dará pela cota de fechamento do mesmo dia útil do recebimento da solicitação (D+0) e o efetivo pagamento dos resgates também (D+0). O FUNDO não tem prazo de carência. O fundo está sujeito aos seguintes principais fatores de riscos: Risco de mercado, crédito, liquidez, concentração, sistêmico e regulação; provenientes de uso de derivativos, contraparte, operacional. Não consta fato relevante sobre o fundo. A rentabilidade do fundo é compatível com seu benchmark. A carteira de ativos do fundo está adequada ao seu regulamento. A aplicação de recursos no fundo, no entender do Comitê de Investimentos, é compatível com o fluxo financeiro da RIOPRETOPREV, e atende à Política de Investimentos e à Política de Riscos vigente. Após análise, **os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do credenciamento do fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO, CNPJ: 10.740.658/0001-93.** Com relação ao fundo IMA-B5+, destacaram: o último regulamento do fundo é de 13 de março de 2023, está enquadrado no artigo 7º, I, “b” da Res. CMN nº 4.963/2021, com limites estabelecidos na Política de Investimentos do instituto, e tem como objetivo “proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação em carteira composta por títulos públicos federais, buscando acompanhar o subíndice do Índice de Mercado da ANBIMA B 5+ (IMA B 5+)”. Destina-se a acolher investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS instituídos pelos Estados, Municípios e Distrito Federal do Brasil, das Entidades Públicas da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas, Entidades Fechadas de Previdência Complementar e/ou Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento destinados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, entidades abertas de previdência complementar, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, previamente cadastrados perante ADMINISTRADORA, doravante designados, Cotista. O fundo é administrado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04, que consta da lista da SPREV que atende ao previsto Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021) e gerido pela CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, CNPJ sob nº 42.040.639/0001-40, ambas já credenciadas pela RIOPRETOPREV em obediência aos requisitos da Portaria MTP nº 1.467/2022, artigo 103, e considerados aptos pelo órgão colegiado competente do RPPS. Teve início em 18/04/2012 e em 21/06/2023 contava com patrimônio de R\$ 1.177.994.807,11 e 244 cotistas. A custódia é do CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A taxa de administração é de 0,2%, compatível com os demais fundos do mercado no segmento. O FUNDO não possui taxa de performance. O fundo não cobra taxa de ingresso e de saída. Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo o valor da cota em vigor no dia útil da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR (D+0) e no resgate a conversão das cotas se dará pela cota de fechamento do mesmo dia útil do recebimento da solicitação (D+0) e o efetivo pagamento dos resgates também (D+0). O FUNDO não tem prazo de carência. O fundo está sujeito aos seguintes principais fatores de riscos: Risco de



mercado, crédito, liquidez, concentração, sistêmico e regulação; provenientes de uso de derivativos, contraparte, operacional. Não consta fato relevante sobre o fundo. A rentabilidade do fundo é compatível com seu benchmark. A carteira de ativos do fundo está adequada ao seu regulamento. A aplicação de recursos no fundo, no entender do Comitê de Investimentos, é compatível com o fluxo financeiro da RIOPRETOPREV, e atende à Política de Investimentos e à Política de Riscos vigente. Após análise, **os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do credenciamento do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO, CNPJ: 10.577.503/0001-88.** Analisaram também as instituições ligadas ao conglomerado Safra no qual a Riopretoprev já teve recursos aplicados anteriormente e após desinvestimento não havia sido feito novo processo para atualização de credenciamento. Com relação ao distribuidor Banco Safra SA, trata-se de instituição que carrega em seu nome a trajetória da família Safra, conglomerado com mais de R\$ 97,84 bilhões em administração de recursos de terceiros (ranking Anbima 05/2023) e com mais de R\$ 99,8 bi de gestão de fundos de investimentos (ranking Anbima 05/2023). Não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento seguro com a instituição. Apresentou os documentos e certidões necessários. Após análise dos documentos **os membros deliberaram, por unanimidade, pelo credenciamento do distribuidor BANCO SAFRA SA, CNPJ: 58.160.789/0001-28.** Sobre a administradora do conglomerado, a Safra Serviços de Administração Fiduciária (“Administradora”) é uma empresa que faz parte do Grupo Safra (“Conglomerado Safra” ou “Grupo Safra”) dedicada exclusivamente à administração de recursos ou valores mobiliários de terceiros. A Safra Serviços de Administração Fiduciária tem sob sua administração várias modalidades de fundos de investimento, desde os fundos de investimento tradicionais até fundos de investimentos estruturados. A instituição apesar de não constar de lista exaustiva de instituições que atendem aos critérios da resolução CMN 4963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), administra fundos em parceria com gestora que consta, atendendo ao disposto. O Grupo Safra está classificado na 14ª posição do Ranking Anbima de Administração de fundos de Investimentos (referência 05/2023) com administração de patrimônio de R\$ 97,842 bilhões. Pelos Questionários Due Diligence mostrou possuir experiência e corpo técnico qualificado. Não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento com a instituição. Apresentou documentos que comprovam regularidade fiscal. Após análise dos documentos os membros **deliberaram, por unanimidade, pelo credenciamento do administrador Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda, CNPJ: 06.947.853/0001-11.** Com relação a gestora, a instituição consta de lista exaustiva de instituições que atendem aos critérios da resolução CMN 4963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021). O Grupo Safra está classificado na 11ª posição do Ranking Anbima de Gestão de fundos de Investimentos (referência 05/2023) com gestão de patrimônio de R\$ 99,803 bi, sendo R\$ 1,214 bi de RPPS. Pelos Questionários Due Diligence mostrou possuir experiência e corpo técnico qualificado. Não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento com a instituição. Apresentou documentos que comprovam regularidade fiscal. Após análise dos documentos os membros **deliberaram, por unanimidade, pelo credenciamento do**



gestor Banco J Safra SA, CNPJ: 03.017.677/0001-20. Após, a Sra. Patrícia Nato informou que também abriu processo para atualização do fundo Caixa Brasil Disponibilidade, que já faz parte da carteira, tendo em vista que o mesmo teve alteração de regulamento com vigência no início de junho que fez com que mudasse também de enquadramento na Res. CMN nº 4963/2021 de 7º, I, b (fundos 100% títulos públicos) para 7º, III, a (fundos de renda fixa), sendo explicado pela instituição que foi devido necessidade de adequações junto a CVM, mas que a estratégia continua a mesma e também as taxas envolvidas. Assim, os membros analisaram a documentação e após, **deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da atualização do credenciamento do fundo FIC FI CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RF SIMPLES, CNPJ: 14.508.643/0001-55, com efeitos retro a 01/06/2023.** A informação dos credenciamentos será enviada para referendo pelo Conselho Municipal de Previdência. Sobre o item VII da pauta, a Sra. Patrícia Nato deu ciência aos membros sobre necessidade de manifestação sobre a prorrogação contratual do serviço de custódia dos títulos, em que a XP Investimentos é a contratada. Mencionou que por alteração trazida pela Portaria nº 1467/2022 o credenciamento da instituição como custodiante está vigente até o próximo ano e além disse revisaram toda documentação recente quando do cadastro da instituição como administradora. Assim, faz-se necessária apenas as formalidades referentes a prorrogação contratual. **Os membros se manifestaram favoráveis pela prorrogação contratual do Contrato 02/2021, celebrado com a XP INVESTIMENTOS para prestação de Serviços de Custódia de Títulos.** A seguir, em cumprimento ao item IV da pauta, receberam os Srs. Luan Costa, Jéssé Faria, Ruy Minelli e Ricardo Oliveira da Caixa Econômica Federal. O Sr. Luan Costa fez um resumo do cenário destacando a alta de juros no mundo e a manutenção dos juros no Brasil com previsão de queda futura aqui, já que estamos com uma inflação mais controlada. Como ainda a economia americana não tem um rumo definido não estão indicando novas alocações, apesar de no ano estar com uma excelente performance, acreditam que existem outros produtos com melhor relação risco/retorno. Apresentaram as projeções econômicas da Caixa para 2023, 2024 e 2025. Acreditam que a Selic deve começar a cair já em agosto e feche o ano de 2023 em 12,25% e em 2024 com 8%, chamado de juros neutro. Com essa mudança de cenário alguns ativos passam a ser mais atrativos. Antes tínhamos fundos de vértice (NTN-B) ou pós-fixados (CDI) como principais alocações, e enquanto estiverem batendo meta atuarial continuam sendo bons, mas daqui a pouco, muito provavelmente, deixarão de bater meta e deixarão de ser a principal opção de alocação. Enxergam como opção para o novo cenário que se traça os fundos mais longos como IRF-M1+, IMA-B5+, IRF-M, IMA-B, tentando aproveitar a virada de chave, já que o mercado se antecipa aos fatos e, se realmente começarem a cair os juros em agosto, até lá, já terá entregado boa parte do “prêmio”. Mostrou a precificação da curva DI e explicou essa entrega antecipada do mercado em IRF-M. Mostrou também a curva das NTN-B e justificou a indicação dos IMAs mais longos. Dentre os caminhos que entendem serem boas opções no momento destacam-se Renda Variável, Renda Fixa Ativa e Prefixados. Nos prefixados preferem os mais longos, e justificou mostrando o último cenário de queda de juros onde a rentabilidade dos IRF-M é relativamente maior que o CDI e IRF-M1, por exemplo, que são mais curtos, além de acreditarem que a queda da Selic já está precificada pelo mercado. Apesar de acreditarem

que ainda existe “prêmio” na estratégia de IRF-M, entendem que esse movimento já está da metade para o final e, por isso, indicam os fundos de gestão estratégica/ativa, onde o gestor tem maior expertise para fazer a mudança de movimento quando isso ocorrer e oferecer um risco/retorno melhor. Mencionou que as consultorias indicavam sair dos fundos de gestão estratégica e eles também não indicavam alocar, pois nos últimos dois anos eles foram mal, devido ao cenário, pois acabavam ficando em CDI e tinham um custo maior, porém, com a mudança de cenário e já observando os três últimos meses de desempenho do fundo, eles passam a ficar muito mais atrativos. Mostraram a abertura da carteira da Riopretoprev em renda fixa por tipo de ativos e elogiaram as posições, mencionaram apenas que, diante das projeções de cenário futuro, indicam uma redução em inflação curta, pois o carregamento da inflação está menor, com alongamento da carteira. A Sra. Patrícia Nato Toninato Bartolomei perguntou qual a preferência deles para índices mais longos, sendo respondido que seria o IMA-B5+, e depois o IMA-B. O Sr. Daniel Henrique Biot perguntou se essas avaliações já estão considerando uma possível reforma tributária, sendo respondido que a discussão ainda está muito prévia e a precificação que trouxeram ainda não considera a reforma. O Sr. Mário José Piccarelli de Castro comentou que o Comitê já tem acompanhado esse movimento do mercado dos últimos dois meses e credenciou fundos mais longos, e que o Comitê tem avaliado alongar a carteira, pois até então estava aproveitando a oportunidade de mercado para adquirir as NTN-Bs, conforme recomendação do estudo de ALM, mas o Comitê começou a compra pelos vértices mais curtos, com marcação na curva, deixando os mais longos para serem adquiridos posteriormente, zelando pela liquidez futura, e que uma forma de fazê-lo seria com os fundos, se beneficiando da marcação a mercado e tendo liquidez, se necessário. A Sra. Patrícia Nato perguntou se os fundos Gestão Estratégia e Renda Fixa Ativa estão com a mesma posição da carteira, sendo respondido que a cabeça do gestor é a mesma, mas o renda fixa pode ter um pouco de crédito privado, e que o gestão estratégica é um fundo maior, de “*asset allocation*”, operando nos índices de mercado Anbima, apontando mais para direções, já o renda fixa ativa opera o papel e o vencimento, tendo a opção do crédito, assim tende a ser mais tático e corre um pouco mais de risco, mas são duas estratégias semelhantes, pois o gestor é o mesmo, porém, podem ter carteiras diferentes. Finalizadas as dúvidas foram feitos os agradecimentos e a participação da instituição encerrada. Na sequência receberam os Srs. Marcos Amaral Vargas, Brunella Marcarini, Luiz Carlos Loureiro Piona, Glaucio Tovar, João Paulo e Leomar, representantes do Banco Banestes. O Sr. Marcos Amaral, que é o diretor da Banestes DTVM, que faz administração e gestão dos fundos distribuídos pelo banco, falou um pouco sobre sua experiência profissional e sobre os profissionais da instituição, segregação de atividades e processo de gestão da empresa. Em seguida apresentou os principais produtos distribuídos para RPPS explicando a estratégia de cada um, sendo eles: Banestes Liquidez FI Renda Fixa Referenciado DI, Banestes IMA-B Títulos Públicos FI Renda Fixa, Banestes Institucional FI Renda Fixa, Banestes IRF-M1 Títulos Públicos FI Renda Fixa, Banestes Estratégia FIC FI Renda Fixa, Banestes FIC FIA BTG Pactual Absoluto Institucional, Banestes FIC FIA BTG Pactual Dividendos. Mostrou um comparativo do fundo FUNSES (Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo) do qual faz a gestão com outros RPPS, que não divulgou quem são, utilizando-se dos fundos por ele distribuídos. Mostrou gráfico da taxa Selic dos últimos 15



anos e de como as classes de ativos performaram nesse período. Mostrou também gráfico de Preço versus Lucro do Ibovespa onde mostra que a Bolsa brasileira está bastante descontada, sendo bastante atrativa, mas que ainda precisa de um gatilho para performar, que acredita ser o corte de juros. Sobre o item V da pauta, julgaram que os produtos apresentados pela Caixa Econômica Federal já são conhecidos pelo Comitê e a apresentação dos fundos do Banestes foi bem detalhada, sendo que não tem um diferencial em relação aos demais fundos do mercado, inclusive os de renda variável compram cotas de fundos do BTG Pactual. Dando sequência à pauta, item VII, a Sra. Patrícia Nato deu **ciência aos membros sobre Comunicado do FIP Kinea IV referente amortização**. O comunicado menciona que “em 10.07.2023 o Fundo realizará uma amortização de cotas a seus Cotistas no valor bruto total de R\$ 616.012,69, que será pago proporcionalmente à participação de cada Cotista do Fundo, após dedução do respectivo imposto de renda retido na fonte (“IRRF”), quando aplicável” e em outro comunicado menciona que trata-se de “recebimento (i) de juros de capital próprio (JCP) da companhia + A Educação e (ii) dos dividendos da Matera” e o valor a ser recebido é de “0,19% do Capital Comprometido total do FIP Kinea IV”. Ainda, conforme e-mail recebido o valor será de R\$ 19.310,74. Após discussões, **os membros deliberaram pela alocação dos recursos a serem recebidos de amortização do fundo Kinea Private Equity IV Feeder Inst I FIP Multiestratégia, CNPJ: 27.782.774/0001-78, no fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97**. Finalizados os assuntos previstos em pauta, a reunião foi aberta para discussões. Os membros comentaram sobre as estratégias apresentadas pela Caixa Econômica Federal, que fizeram muito sentido, com base no que o Comitê já vinha pensando, sobre alongar a carteira, e principalmente sobre a questão do mercado se antecipar aos fatos e precificar a queda da Selic antes mesmo que ela ocorra, num cenário em que essa queda vem sendo pressionada cada vez mais. Comentaram também sobre o índice IMA-B5+, que apresentada uma volatilidade um pouco maior, e que seria uma posição estratégica no início de queda Selic, não sendo um ativo para se ter sempre na carteira, mas que, nesse ano, já se mostra com uma performance muito boa e deve capturar esse movimento do mercado ainda por um tempo. Analisaram os percentuais alocados nas diversas estratégias IMA da carteira, sendo que cerca 8% estão alocados em IMA-B5 e 14,4% em IMA-B, além de terem 7,8% em CDI. Sobre a estratégia IRF-M, de acordo com as projeções apresentadas, ela já entregou boa parte da rentabilidade, além do estudo de ALM não apresentar indicação para esse benchmark. Sobre os recursos destinados a taxa administrativa, os membros julgaram ser possível alongar uma parte. Analisando as alocações atuais da carteira e as indicações das diversas instituições do mercado, os membros julgaram que até 5% em IMA-B5+ seria um percentual com boa relação risco X retorno para a carteira. Sobre os fundos de gestão estratégica, mencionaram não ser um bom momento para resgatar, já que as expectativas trazidas para eles são boas. Mencionaram também que o posicionamento em NTN-B reduziu significativamente o risco da carteira, e mesmo alocando em fundos mais longos, que tendem a ser um pouco mais voláteis, os percentuais da carteira estarão atendendo à Política de Riscos, à Política de Investimentos e também dentro do trazido pelo estudo de ALM para a renda fixa. Além de que o movimento de alongamento em fundos 100% títulos públicos, que tem liquidez, pode ser estratégico nesse momento e, posteriormente, quando o posicionamento deixar de



308 ser interessante para a carteira, pode-se retornar para fundos de médio ou curto prazo.
309 Após finalização das discussões, os membros analisaram os fundos a serem resgatados,
310 verificando que tanto o fundo Caixa Brasil Matriz Renda Fixa, CNPJ: 23.215.008/0001-70,
311 quanto o fundo Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP, CNPJ: 14.386.926/0001-71 e o
312 fundo Caixa Brasil Ima B5 TP RF LP, CNPJ: 11.060.913/0001-10, estão com todas as suas
313 cotas positivas. Por fim, levando-se em consideração as posições em títulos públicos já
314 preenchidas, com base no estudo de ALM e nas indicações das instituições financeiras,
315 mediante o cenário econômico e a previsão de início de queda Selic breve, os membros
316 deliberaram, por unanimidade, pelo **resgate de R\$ 2,5 milhões do fundo CAIXA**
317 **BRASIL MATRIZ RENDA FIXA, CNPJ: 23.215.008/0001-70, com alocação dos**
318 **recursos no fundo CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA**
319 **LONGO PRAZO, CNPJ: 10.740.658/0001-93 e pelo resgate total dos fundos CAIXA**
320 **BRASIL FI IDKA IPCA 2A RF LP, CNPJ: 14.386.926/0001-71 e CAIXA BRASIL**
321 **IMA B5 TP RF LP, CNPJ: 11.060.913/0001-10, com alocação dos recursos no fundo**
322 **CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO**
323 **PRAZO, CNPJ: 10.577.503/0001-88..** A Sra. Patrícia Nato informou aos membros que os
324 fundos onde ocorrerá resgate total liberam uma parte do recurso no dia da cotização,
325 geralmente entre 90 e 95% do fundo, e o restante apenas após o processamento noturno,
326 dessa forma a aplicação em novo fundo ocorrerá em duas etapas. Finalizados os assuntos
327 foi comunicado que a próxima reunião será no dia 21 de julho e a presente reunião foi
328 finalizada. Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que
329 depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes. Ata
330 aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 21/08/2023 (segunda reunião ordinária
331 de agosto de 2023).

ADRIANO ANTÔNIO PAZIANOTO
ASSINADO DIGITALMENTE

DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT
ASSINADO DIGITALMENTE

HÉLIO ANTUNES RODRIGUES
ASSINADO DIGITALMENTE

MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
ASSINADO DIGITALMENTE

PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI
ASSINADO DIGITALMENTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D6E5-BC7C-F468-F1ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI** (CPF 326.XXX.XXX-02) em 21/08/2023 14:40:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **HELIO ANTUNES RODRIGUES** (CPF 974.XXX.XXX-04) em 21/08/2023 14:41:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO** (CPF 219.XXX.XXX-01) em 21/08/2023 14:48:32 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT** (CPF 410.XXX.XXX-57) em 21/08/2023 15:33:56 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO** (CPF 327.XXX.XXX-48) em 24/08/2023 15:22:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/D6E5-BC7C-F468-F1ED>